



Mudanças climáticas e governança ambiental: o papel das políticas públicas e do setor privado na transição para uma economia de baixo carbono

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Maria Eduarda Rufino Teixeira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

As mudanças climáticas configuram um dos maiores desafios contemporâneos, exigindo respostas coordenadas entre Estado, setor privado e sociedade. O aumento das emissões de gases de efeito estufa, decorrente principalmente de atividades econômicas, intensificou os impactos ambientais, sociais e econômicos em escala global. Nesse contexto, a governança ambiental emerge como elemento central na formulação de estratégias voltadas à mitigação e adaptação climática. As políticas públicas desempenham papel fundamental na regulação e indução de práticas sustentáveis, ao passo que o setor privado assume responsabilidade crescente na incorporação de critérios ambientais em suas atividades. Assim, a transição para uma economia de baixo carbono exige a integração entre instrumentos estatais e iniciativas empresariais, em consonância com compromissos internacionais assumidos no âmbito do Acordo de Paris.

Objetivo

Analisar o papel das políticas públicas e do setor privado na governança ambiental, examinando os desafios e as possibilidades para a transição para uma economia de baixo carbono no contexto das mudanças climáticas.

Material e Métodos

A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental. Foram analisadas produções acadêmicas, legislações e documentos institucionais relacionados às mudanças climáticas, à governança ambiental e à atuação estatal e empresarial. Também foram considerados compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris. A análise buscou compreender como as políticas públicas e as práticas do setor privado se articulam na promoção de estratégias de mitigação e adaptação climática, bem como os desafios para a implementação de uma economia de baixo carbono.

Resultados e Discussão

A análise evidenciou que a transição para uma economia de baixo carbono depende da atuação integrada entre políticas públicas eficazes e o engajamento do setor privado. Verificou-se que o Estado desempenha papel estratégico na criação de instrumentos regulatórios, incentivos econômicos e mecanismos de controle, capazes de

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



induzir práticas sustentáveis. Por outro lado, o setor privado tem ampliado sua atuação na agenda climática, incorporando critérios ambientais, sociais e de governança em suas decisões estratégicas. No entanto, persistem desafios relevantes, como a insuficiência de políticas públicas estruturadas, a fragmentação institucional e a dificuldade de harmonização entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade. Observa-se que o fortalecimento da governança ambiental, com maior integração entre atores públicos e privados, é essencial para promover respostas eficazes à crise climática e viabilizar a transição para modelos produtivos mais sustentáveis.

Conclusão

A governança ambiental integrada entre Estado e setor privado é fundamental para enfrentar as mudanças climáticas. O fortalecimento de políticas públicas e a adoção de práticas sustentáveis pelas empresas são essenciais para viabilizar a transição para uma economia de baixo carbono e promover o desenvolvimento sustentável.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

Acordo de Paris. Paris: Organização das Nações Unidas, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Direito constitucional ambiental. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

BODANSKY, Daniel; BRUNNÉE, Jutta; RAJAMANI, Lavanya. International climate change law. Oxford: Oxford University Press, 2017.